



DOI: <https://doi.org/10.20396/conex.v22i00.8672885>

Artigo Original

Jogos das Escolas Públicas do Rio Grande do Sul (JEPURS): fragmentação na estrutura esportiva estadual

*Jogos das Escolas Públicas do Rio Grande do Sul (JEPURS):
fragmentation in the state sports structure*

*Juegos das Escolas Públicas do Rio Grande do Sul (JEPURS):
fragmentación en la estructura deportiva estatal*

Raquel Valente de Oliveira¹ 
Janice Zarpellon Mazo¹ 

RESUMO

Introdução: Atualmente denominado Jogos Escolares do Rio Grande do Sul, o programa JERGS foi implementado no estado na década de 1970, com o objetivo de promover a participação da comunidade escolar sul-rio-grandense em um evento esportivo que contemplasse o maior número de estudantes da rede pública e particular de ensino do Rio Grande do Sul. Após 25 anos desde sua primeira edição, uma expressiva mudança alterou as conformações históricas dos JERGS, quando, em 1996, o evento foi ofertado exclusivamente a estudantes matriculados na rede pública do estado, denominando-se Jogos das Escolas Públicas do Rio Grande do Sul (JEPURS). **Objetivo:** Compreender que fatores históricos e sociopolíticos contribuíram para a modificação sucedida nas conformações históricas dos JEPURS no ano de 1996, referente ao público escolar contemplado pelo evento. **Metodologia:** As informações foram coletadas por meio de fontes orais produzidas por entrevistas de História Oral e por fontes documentais. **Resultados e Discussão:** Evidenciamos que a modificação investigada foi decorrente de movimentos reivindicatórios promovidos por professores(as) de Educação Física que almejavam uma competição escolar exclusiva às escolas da rede pública do estado, tendo em vista algumas desvantagens e discrepâncias que estas possuíam quando comparadas ao ensino privado, tais como instalações físicas, materiais didáticos e condições de trabalho dos(as) professores(as)/treinadores(as). **Considerações Finais:** Este acontecimento demarcou o início de uma nova fase na história esportiva deste evento escolar sul-rio-grandense.

Palavras-chave: Jogos. Escolas públicas. Educação física. História do esporte. Entrevistas como assunto.

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança, Programa de Pós Graduação em Ciências do Movimento Humano, Porto Alegre-RS, Brasil.

Correspondência:

Raquel Valente de Oliveira. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rua Felizardo, 750, Bairro Jardim Botânico, Porto Alegre - RS, CEP 90690-200. Email: raquelvvalente@hotmail.com



ABSTRACT

Introduction: Currently called Jogos Escolares do Rio Grande do Sul, the JERGS program was implemented in the state in the 1970, with the aim of promoting the participation of the school community in Rio Grande do Sul in a sporting event that would include the largest number of students in the network. public and private schools in Rio Grande do Sul. After 25 years since its first edition, a significant change altered the historical conformations of the JERGS, when, in 1996, the event was offered exclusively to students enrolled in the state public network, called Jogos das Escolas Públicas do Rio Grande do Sul (JEPURS). **Goal:** Understand which historical and socio-political factors contributed to the successful modification in the historical conformations of the JEPURS in 1996, referring to the school public contemplated by the event. **Methodology:** Information was collected through oral sources produced by Oral History interviews and documentary sources. **Results and Discussion:** We evidence that the investigated modification was due to demanding movements promoted by Physical Education teachers who aimed for an exclusive school competition to the public schools of the state, having in view of some disadvantages and discrepancies that these had when compared to private education, such as physical facilities, teaching materials and working conditions of teachers/coaches. **Final Considerations:** This event marked the beginning of a new phase in the sporting history of this school event in Rio Grande do Sul.

Keywords: Plays. Public schools. Physical education. History of sports. Interviews as topic.

RESUMEN

Introducción: Actualmente conocido como Jogos Escolares do Rio Grande do Sul, el programa JERGS fue implementado en el estado en la década de 1970, con el objetivo de promover la participación de la comunidad escolar de Rio Grande do Sul en un evento deportivo que contó con la mayor cantidad de estudiantes en la Red. escuelas públicas y privadas de Rio Grande do Sul. Después de 25 años de su primera edición, un cambio significativo alteró la conformación histórica de los JERGS, cuando, en 1996, el evento fue ofrecido exclusivamente a los alumnos inscritos en la red pública estatal, denominada Jogos das Escolas Públicas do Rio Grande do Sul (JEPURS). **Meta:** Comprender qué factores históricos y sociopolíticos contribuyeron a la modificación exitosa en las conformaciones históricas de los JEPURS en 1996, referente al público escolar contemplado por el evento. **Metodología:** La información fue recolectada a través de fuentes orales producidas por entrevistas de Historia Oral y fuentes documentales. **Resultados y Discusión:** Evidenciamos que la modificación investigada se debió a movimientos de reivindicación promovidos por los profesores de Educación Física que pretendían una competencia escolar exclusiva a las escuelas públicas del estado, teniendo en vista de algunas desventajas y discrepancias que estas tenían en comparación con la educación privada, como las instalaciones físicas, los materiales didácticos y las condiciones de trabajo de los profesores/entrenadores. **Consideraciones Finales:** Este evento marcó el inicio de una nueva etapa en la historia deportiva de este evento escolar en Rio Grande do Sul.

Palabras Clave: Juegos. Escuelas publicas. Educación física. Historia del deporte. Entrevistas como asunto.

INTRODUÇÃO

No ano de 2020, os Jogos Escolares do Rio Grande do Sul (JERGS) realizaram sua 50ª edição junto à comunidade sul-rio-grandense, um marco histórico e comemorativo para este evento esportivo escolar. De acordo com indícios que dizem respeito à história esportiva dos JERGS, sua primeira edição ocorreu em 1970, ano em que a equipe da Assessoria Técnica, do Departamento de Educação Física e Desportos (DED), da Secretaria da Educação e Cultura do Rio Grande do Sul (SEC)² deu início ao projeto que resultaria em uma das maiores competições de cunho esportivo-educacional do estado. De acordo com Raupp (2021), um dos principais idealizadores do evento, a criação dos JERGS resultou de demandas sociais e educacionais, assim como de interesses políticos, em uma época que a Educação Física e o esporte estavam em ascensão no Brasil.

No período em que os primeiros passos para criação dos JERGS foram engendrados no interior do DED/SEC, a equipe responsável por sua constituição e execução teve por objetivo promover a participação da comunidade escolar sul-rio-grandense em um evento que contemplasse o maior número de estudantes, instituições escolares, municípios e regiões do estado em uma única competição multiesportiva (Raupp, 2021). Desde então, estudantes da rede pública e particular de ensino tiveram a oportunidade de participar deste evento de cunho esportivo que ocorria durante grande parte do ano letivo. Além de promover experiências práticas durante os jogos, os JERGS possibilitam que estudantes/atletas, professores(as)/treinadores(as) e comunidade escolar sejam protagonistas desta história esportiva, assim como produtores de cultura no contexto regional em que estão inseridos.

De acordo com Silva *et al.* (2016), os jogos realizados no interior de instituições escolares caracterizam-se enquanto eventos pedagógicos e educacionais de grande relevância social para a comunidade estudantil. Além de propagar a competição, os mesmos proporcionam a aprendizagem dos agentes envolvidos em diferentes instâncias, transcendendo competências e habilidades relacionadas aos esportes. O legado esportivo traz benefícios ao esporte educacional, quando o mesmo tem o objetivo de promover a inclusão social, a formação do indivíduo e o processo de aprendizagem e desenvolvimento integral do(a) estudante como ser humano.

Transcorridos 25 anos desde a implementação dos JERGS no estado, uma expressiva mudança alterou suas conformações históricas, quando a comissão

² No decorrer da história administrativa do Rio Grande do Sul, o órgão responsável pelos jogos escolares no estado passou por diferentes modificações, tanto no que diz respeito à razão social quanto às incumbências de sua responsabilidade. No ano da implementação dos JERGS e nas edições do evento na década de 1970, a respectiva entidade era denominada Secretaria da Educação e Cultura (RIO GRANDE DO SUL, 2006).

organizadora do evento determinou que estudantes de instituições particulares de ensino do Rio Grande do Sul não poderiam mais participar dos jogos como estudantes/atletas. Por conseguinte, a partir da edição de 1996, o evento passa a destinar-se exclusivamente a estudantes matriculados na rede pública do estado. Juntamente a esta alteração, houve uma modificação em sua nomenclatura, deixando-a em consonância com seu público alvo. Desde então, o evento passa a se chamar Jogos das Escolas Públicas do Rio Grande do Sul (JEPURS). A nova nomenclatura perdurou até os primeiros anos da década de 2000, quando a razão social do evento retorna àquela determinada anteriormente, a qual permanece até suas edições mais recentes: Jogos Escolares do Rio Grande do Sul (JERGS).

Diante do exposto, a presente pesquisa tem por objetivo compreender que fatores históricos e sociopolíticos contribuíram para a modificação sucedida nas conformações históricas dos Jogos das Escolas Públicas do Rio Grande do Sul (JEPURS) no ano de 1996, referente ao público escolar contemplado pelo evento. Para alcançar o objetivo proposto, nos respaldamos nos pressupostos teórico-metodológicos descritos na sequência deste estudo.

REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

Como seria possível, ao historiador do esporte, investigar determinado acontecimento histórico se não houvesse fontes que lhe proporcionasse “pistas” acerca de um passado em um tempo presente? Tendo em vista que são materiais carregados de significados, quando devidamente analisadas e interpretadas, as fontes podem abrir portas para uma outra época (Gaddis, 2003). Ao observar o passado sob uma perspectiva do presente, torna-se possível reconstruir versões verossímeis sobre uma época anterior ao vivido: o tempo histórico. De acordo com Pesavento (2008), esse terceiro tempo pode ser construído por meio de objetos historiográficos, registros dotados de informações, tais como documentos e narrativas, empregados para mapear o passado.

Para investigar um dos mais expressivos acontecimentos que demarcou as conformações históricas dos JERGS ao longo de suas 50 edições e localizá-lo temporalmente, voltamos nossos olhares a registros que se colocam no lugar do acontecido. Portanto, para acessar o passado sobre a história esportiva dos JEPURS, realizamos a coleta de informações em fontes documentais (Bacellar, 2008), tais como regulamentos, relatórios, boletins, regimentos e páginas de jornal. Em sua maioria, estes materiais correspondem a documentos impressos provenientes de acervos pessoais de professores(as) que participaram dos JEPURS em meados da década de 1990, portanto, parte integrante desta história.

Além das fontes documentais, realizamos entrevistas com professores(as)/treinadores(as) e coordenadores(as)/dirigentes que participaram dos JEPURS entre o final da década de 1990 e início dos anos 2000, além do agente apontado como sendo o principal idealizador dos JERGS em 1970. As informações sobre os entrevistados estão dispostas no quadro abaixo.

Quadro 1 - Informações dos agentes entrevistados

NOME	RELAÇÃO COM OS JEPURS
Arno José Ciulla Raupp	- Idealizador dos JERGS em 1970. - Coordenador geral do evento de 1970 a 1982.
João Guilherme de Souza Queiroga	- Estudante/atleta de 1972 a 1974, representando a cidade de Porto Alegre/RS. - Coordenador desportivo na 37ª Delegacia de Educação, de 1983 a 1987. - Professor/treinador de 1988 a 2018, representando a cidade de Porto Alegre/RS.
Airton Baes Rodrigues	- Professor/treinador de 1980 a 2019, representando a cidade de Santa Vitória do Palmar/RS.
Milton de Souza Biscaino Sobrinho	- Professor/treinador de 1988 a 2016, representando a cidade de São Francisco de Assis/RS.
Eliana Alves Flores	- Coordenadora geral dos JEPURS de 1994 a 2002.
Marga Margarete Fagundes Cardoso	- Professora/treinadora de 1994 a 2016, representando a cidade de Guaíba/RS.

As informações obtidas por meio das entrevistas foram coletadas, analisadas e interpretadas com base nos procedimentos metodológicos da História Oral (Alberti, 2008; Ferreira; Amado, 2006) e da Análise Temática de Conteúdo (Flick, 2009). No que diz respeito às fontes documentais acessadas, para a análise e interpretação destes materiais historiográficos, respaldamo-nos na análise documental descrita por Cellard (2012): fichamento, classificação, análise e cruzamento das informações. Ressaltamos ainda, que o estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), sob o parecer número 4.873.072. Antes da realização das entrevistas, todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), cujas informações procedimentais e metodológicas estavam descritas de forma detalhada para melhor ciência e compreensão por parte dos participantes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para melhor compreender os acontecimentos que reverberaram em mudanças de ordem estrutural no então nominado JEPURS, utilizamos o depoimento oral de Eliana Alves Flores como fonte de informação. Sua narrativa ganha lugar de destaque neste estudo devido ao período em que trabalhou no setor responsável pelos jogos escolares na Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul (SEDUC). Eliana Flores formou-se em Educação Física no ano de 1989. Logo em 1992, recebeu um cargo em comissão na Subsecretaria de Desporto, setor responsável pelo esporte escolar no interior da SEDUC naquela época. Neste cargo, auxiliava outros(as) professores(as) que estavam à frente da organização de diferentes eventos esportivos, como os Jogos Intermunicipais do Rio Grande do Sul (JIRGS), os Jogos Abertos e os JERGS. Posteriormente, de 1994 a 2002, atuou como coordenadora geral dos JEPURS, juntamente com sua colega de profissão, professora Vera Lúcia Lenz (Flores, 2021).

No que diz respeito ao setor responsável pelos jogos escolares nas dependências da SEDUC, Flores (2021) elucida que, após retornar à SEDUC em 1994 como dirigente dos JERGS, o governador Antônio Britto, filiado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), inicia seu mandato frente ao estado do Rio Grande do Sul, em primeiro de janeiro de 1995. Logo após este acontecimento de ordem política, a então denominada Subsecretaria de Desporto passa a se chamar Departamento de Desporto, sob a sigla DESP, sendo este o setor responsável pelos JERGS no interior da SEDUC. É provável que esta mudança seja decorrente da transição de governo, uma vez que, diante de nova gestão político-administrativa, alterações são realizadas em diversas instâncias para demarcar o encerramento de um ciclo e o início de outro.

Flores (2021) afirma que, quando iniciou suas atividades na Subsecretaria de Desporto em 1992, os jogos escolares, naquela oportunidade ainda denominados JERGS, eram destinados tanto a estudantes de escolas públicas quanto particulares do Rio Grande do Sul. Na época, uma mobilização havia sido iniciada por um grupo de professores(as) de Educação Física, sobretudo provenientes de escolas públicas, a fim que mudanças ocorressem no interior dos jogos. Em suma, estes reivindicavam em prol do desmembramento dos JERGS, de modo que cada rede de ensino (pública e particular) competisse em eventos escolares distintos. Certamente, tais iniciativas provocaram certa tensão entre os sujeitos envolvidos.

As discussões sobre promover uma competição exclusiva às escolas pública do estado não eram recentes. De acordo com Raupp (2021), desde as primeiras edições dos JERGS em 1970, debates como estes já eram recorrentes entre o corpo docente e a comissão organizadora. Após analisar profundamente a situação, juntamente com a equipe da Assessoria Técnica do DED/SEC, Raupp (2021) chegou à conclusão que esta divisão estaria corroborando com a

promoção da discriminação e desigualdade já existentes entre ambas as realidades. Um dos argumentos utilizados para embasar seu posicionamento e, portanto, manter o formato das competições, foi a análise dos resultados esportivos obtidos pelas equipes escolares logo na primeira década de realização dos jogos. Conforme Raupp (2021), nem sempre as escolas campeãs dos JERGS eram aquelas provenientes da rede particular de ensino, pois em muitas ocasiões, as instituições públicas obtinham melhor desempenho esportivo em diferentes modalidades, seja individual ou coletiva. De acordo com seu ponto de vista, muitas escolas públicas possuíam condições técnico-táticas suficientes para obter resultados favoráveis e para se sobressair às equipes da rede privada.

Em contraposição à narrativa de Raupp (2021), Rodrigues (2021) diz lembrar-se que, recorrentemente, as instituições particulares de ensino venciam a maioria das competições promovidas pelos JERGS antes do ano de 1996, principalmente escolas localizadas em municípios maiores, como Porto Alegre/RS e Santa Cruz do Sul/RS. Além de toda infraestrutura disponibilizada ao treinamento de suas equipes, uma das razões que acredita justificar estes resultados era a participação de seus estudantes em diferentes competições promovidas no interior do estado, como campeonatos gaúchos e outros eventos realizados em nível de federação (Rodrigues, 2021). Assim como Rodrigues (2021), Flores (2021) também acredita ser autêntica a vantagem que a rede privada possuía sobre as escolas públicas, não somente em instância estadual e em nível esportivo, mas ao se tratar de toda a educação básica nacional. Os JERGS eram um evento promovido pelo governo do estado e sendo este um órgão público, na perspectiva de ambos os professores ora citados, as instituições da rede pública estavam desamparadas e ficando em segundo plano pela comissão organizadora dos JERGS.

Mesmo se tratando de contextos e épocas distintas, recorreremos a Silva (2014) para corroborar com as informações coletadas nos depoimentos de Rodrigues (2021), um dos professores/treinadores que vivenciou o processo de transição de JERGS para JEPURS ocorrido no ano de 1996. O referido estudo buscou investigar o resultado esportivo obtido por escolas públicas do Distrito Federal (Brasília) na 53ª edição dos Jogos Escolares do Distrito Federal (JEDF), realizada no ano de 2013. Os resultados da pesquisa revelaram que as escolas públicas de Brasília/DF não obtiveram resultados expressivos nas competições mais recentes dos JEDF, sobretudo na edição de 2013, uma vez que as primeiras colocações foram ocupadas por estudantes/equipes da rede privada de ensino.

Na primeira etapa dos JEDF de 2013, a escola pública mais bem colocada na classificação geral do evento figurou na 10ª posição. Já na segunda etapa, a primeira escola pública a se apresentar no quadro de classificação geral ocupou a 11ª colocação. Vale ainda ressaltar que a rede pública corresponde a maior parcela de instituições participantes dos JEDF, principalmente na edição investigada, o que torna os resultados esportivos destas instituições de ensino

ainda menos expressivos. Em sua primeira etapa, participaram 120 escolas públicas e 69 instituições particulares; na segunda etapa, foram 119 públicas e 54 escolas particulares (Silva, 2014).

Ao apresentarmos os possíveis motivos que resultaram ou, no mínimo, contribuíram para a ocorrência da ruptura identificada nas conformações históricas dos JERGS, o que deu início aos JEPURS em 1996, adentramos em outro ponto recorrente nos depoimentos orais dos agentes entrevistados: a discrepância identificada entre ambas redes de ensino (pública e privada) e as condições de trabalho dos profissionais que nelas atuam. Para os(as) professores(as)/treinadores(as) entrevistados(as), as instalações e os materiais didáticos destinados às aulas de Educação Física e ao treinamento esportivo das escolas privadas são eminentes quando comparados à realidade da rede pública. Segundo Rodrigues (2021), na grande maioria dos casos, as escolas particulares possuem espaços mais apropriados para a prática esportiva, por exemplo, ginásio e/ou quadra coberta, além de materiais didáticos variados, enquanto que, na rede pública, este cenário se apresenta como uma exceção.

Para fins de ilustração, aludimos uma situação vivenciada pela professora Margarete Cardoso quando participou do evento esportivo escolar realizado em nível nacional com a equipe de handebol masculina da escola onde atuava, o Instituto Estadual Dr. Carlos Augusto de Moura e Cunha, da cidade de Guaíba/RS, no ano de 2001. Na época, o evento se chamava “Olimpíada Colegial da Esperança” e foi realizado na cidade de Poços de Caldas, no estado de Minas Gerais. Sobre as dificuldades que seus/suas estudantes enfrentaram em razão da falta de recursos e de condições necessárias para a prática esportiva, Cardoso (2021) menciona que, mesmo a Olimpíada Colegial da Esperança sendo um evento sem custos e fins lucrativos, sua escola buscou patrocínio junto a empresas privadas da cidade de Guaíba/RS para arcar com despesas de uniformes, abrigo e tênis esportivo, dentre outros materiais para os(as) estudantes. De acordo com o regulamento do evento, cada estudante/atleta deveria ter dois uniformes de cores distintas para competir nos jogos, ambos com identificação da escola e do estado.

Indo ao encontro da narrativa de Cardoso (2021), o professor João Guilherme Queiroga também apresenta relatos sobre uma época da história dos JERGS em que o caráter do esporte, o qual, em sua perspectiva, deveria ser educacional, perdera sua essência, quando passou a incorporar representações atreladas ao esporte de rendimento e a promover a seletividade entre seus participantes. Em edições mais remotas, os profissionais responsáveis por desempenhar a função da arbitragem nos JERGS eram os(as) próprios(as) professores(as) das escolas participantes, quando não estavam acompanhando suas equipes como treinadores(as). No entanto, com o advento das empresas de arbitragem e federações esportivas que passaram a atuar na regulamentação do evento, algumas questões foram modificadas e novas exigências foram

incorporadas aos jogos, como a padronização dos uniformes esportivos (Queiroga, 2021).

Uma das situações vivenciadas por Queiroga (2021) no período em que novas exigências foram incorporadas aos jogos foi a imposição do uso de calçado com solado específico, pois alguns ginásios esportivos cedidos para a realização dos JERGS possuíam um piso que não admitia o uso de calçados com solado preto. Anos mais tarde, quando o futsal foi incluído no quadro de modalidades do evento, uma nova condição foi incorporada sobre o uso obrigatório de caneleiras. Indo de encontro à realidade da grande maioria dos(as) estudantes de escolas públicas do país, muitos não tinham condições financeiras para adquirir este acessório, sobretudo os(as) oriundos de comunidades mais carentes. Para que isso não se tornasse um empecilho que impossibilitasse a participação desses(as) estudantes, juntamente à professora do componente curricular de Artes da escola onde trabalhava, o professor Queiroga confeccionou caneleiras de papelão com uma proteção de tecido (Queiroga, 2021).

Na perspectiva de Frizzo (2013), muitos princípios provenientes do esporte de rendimento são comumente incorporados ao esporte educacional quando praticado em competições escolares. Tomando como exemplo os JERGS e o Guri Bom de Bola³, para este autor, ambos eventos esportivos possuem caráter que compatibiliza comum modelo institucionalizado de esporte competitivo. Suas práticas carregam representações atreladas ao alto rendimento, ao desempenho e à busca exacerbada por resultados, baseando-se em uma lógica competitiva do esporte. Conseqüentemente, normas e atribuições também são incorporadas a estas competições escolares, tornando-as engessadas a um modelo padronizado, sem adequações quanto à realidade de seu público, na maioria dos casos, à semelhança dos eventos destinados a atletas profissionais.

Já no que diz respeito aos espaços físicos necessários para a prática das modalidades esportivas ofertadas nos JERGS, Flores (2021) relata que, na época em que o evento contemplava tanto escolas públicas quanto privadas, o mesmo contava com uma maior disponibilidade de locais para a realização dos jogos, tendo em vista que as escolas da rede privada tinham ótimas estruturas físicas e as disponibilizavam para a realização das competições. Após a modificação ocorrida no ano de 1996, muitas destas instituições escolares não cederam mais seus espaços físicos, rompendo com a parceria estabelecida até o momento com a SEDUC, sob a justificativa de que os jogos não eram mais destinados a seus/suas estudantes. Conseqüentemente, os espaços apropriados para a realização dos JEPURS tiveram que ser revistos pela comissão organizadora e pelos municípios sedes das competições.

³ Guri Bom de Bola era um evento esportivo destinado às escolas da rede pública e privada de ensino do Rio Grande do Sul. Fazia parte do Projeto Bom de Bola, promovido pelo Grupo Rede Brasil Sul (RBS), executado pelas secretarias municipais de educação, sob a coordenação do setor de eventos do Grupo RBS (Frizzo, 2013).

De acordo com Carvalho, Barcelos e Martins (2020), a precariedade de espaços físicos e de materiais didáticos para o desenvolvimento de aulas de Educação Física é um dos grandes desafios cujos profissionais constantemente se deparam na rede pública de ensino do país. Tanto as instalações físicas quanto os materiais são componentes essenciais para o trabalho docente, independentemente da área de conhecimento pela qual é responsável. Sobre a Educação Física de modo pontual, Damazio e Silva (2008) corroboram ao expor que as condições materiais que as escolas disponibilizam podem interferir de modo significativo no trabalho pedagógico dos(as) professores(as) e, conseqüentemente, no processo de ensino-aprendizagem dos(as) estudantes.

Ampliando para o território nacional, o estudo de Carvalho, Barcelos e Martins (2020) expôs os resultados do Censo Escolar de 2017, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) do Ministério da Educação. Conforme os registros, a cada 10 escolas públicas do país, seis não possuem quadras esportivas. Este é um dado que faz parte da realidade do Brasil faz muitas décadas. Tais condições podem implicar diretamente nos resultados obtidos em eventos de cunho esportivo, deixando as instituições da rede privada em vantagem devido às melhores condições materiais que apresentam na grande maioria dos casos. Quando eventos esportivos escolares compreendem ambas redes de ensino, este cenário precisa ser considerado pelos agentes envolvidos.

Os desafios, cuja maioria das escolas públicas participantes dos JERGS se deparava em relação às instalações e aos materiais esportivos, podem ter contribuído para o início de reivindicações que solicitavam a reestruturação do evento. Outro aspecto a ponderar concerne à quantidade de horas de trabalho que os(as) professores(as) de Educação Física destinavam ao treinamento esportivo dos(as) estudantes. Dos quatro professores(as)/treinadores(as) entrevistados(as) para a realização desta pesquisa, quando questionados em que momento realizavam os treinamentos preparatórios para os JERGS, todos relataram que estes ocorriam extraclasse, em horários alternados às aulas de Educação Física.

Sobre isso, Rodrigues (2021) faz questão de registrar sua aversão às dificuldades enfrentadas por parte de professores(as) da rede pública de ensino durante a referida época, o que não difere muito da realidade atual. Segundo ele, com o apoio das Coordenadorias Regionais de Educação (CRE) e das instituições escolares, os(as) professores(as) disponibilizavam de duas ou três horas semanais, inclusas em sua carga horária de trabalho, para desenvolver o treinamento esportivo dos(as) estudantes. Porém, depois de alguns anos, tais condições não foram mais garantidas a estes profissionais de Educação Física. Por conseguinte, se optassem por continuar com o trabalho de treinamento esportivo, teriam que o fazer voluntariamente, para além de sua carga horária, "um trabalho totalmente por amor a camiseta e pelos alunos" (Rodrigues, 2021, p. 5).

Recorrendo à literatura da área que trata da temática abordada nessa pesquisa, o estudo de Klepker (2016) tratou de analisar os desafios dos JERGS como esporte educacional. Para tanto, realizou entrevistas com gestores, professores e estudantes participantes dos JERGS em 2016. Dos três professores entrevistados, um diz realizar os treinamentos preparatórios para as competições em seu tempo livre, no contra turno de suas aulas. Já o segundo professor diz utilizar duas horas de seu planejamento interno para desenvolver o treinamento esportivo. Na perspectiva dos entrevistados, horas de treinamento deveriam ser inseridas na carga horária dos(as) professores(as) que participam de jogos extraclasse com suas equipes de estudantes. Se bem estruturada e efetivamente concretizada, essa iniciativa poderia colaborar para que os objetivos dos JERGS fossem, de fato, alcançados, e o esporte educacional melhor desenvolvido no interior das escolas.

Santos (2016) aborda a influência do programa JERGS na prática pedagógica de professores(as) e/ou treinadores(as) de Educação Física em sua pesquisa. Com base nas entrevistas coletadas, verificou que as instituições escolares que obtêm melhores resultados esportivos nos JERGS são aquelas que destinam horas específicas de treinamento a seus/suas estudantes/atletas. Um dos professores entrevistados relata que seu anseio profissional é que “seja proporcionado horas de treinamento condizentes com a realidade de cada escola, material esportivo de qualidade e mais valorização dos professores que se dedicam a trabalhar com o esporte escolar” (Santos, 2016, p. 37).

Além das horas destinadas ao treinamento esportivo, Rodrigues (2021) também dá ênfase às questões salariais dos(as) professores(as)/treinadores(as) como um possível fator capaz de interferir significativamente nos resultados esportivos das escolas públicas participantes dos JERGS. Segundo ele, em muitas realidades, para poder se sustentar ou, pelo menos, ter condições financeiras um pouco melhores, alguns profissionais precisavam buscar outros meios.

Eu sei pela minha cidade, poucos professores trabalham somente em escola. A maioria trabalha em escola e academia; trabalha em escola e em outro lugar; ou uma clínica. Ou, ainda, é professor e nutricionista, como aqui em Santa Vitória do Palmar/RS tem dois ou três casos. Ele dá aula em escola e tem um consultório. No momento em que tu passas a ter outra atividade além da escola, perde-se um pouco a questão de investir tanto na escola. [...] Por exemplo, o professor de academia não vai fechar seu comércio neste dia ou cancelar a aula de *personal* para levar os alunos nas competições escolares (Rodrigues, 2021, p. 20).

Flores (2021) e Sobrinho (2021) também citam o descaso com a educação por parte do governo, quando referente às condições salariais. Mesmo tendo consciência de que o profissional não deve calcar seu trabalho em questão salarial, é sabido que estes fatores podem impactar no trabalhados(as) professores(as). Inclusive, podem interferir diretamente na participação dos(as)

estudantes em competições escolares.

O estudo de Nascimento *et al.* (2019), cujo objetivo foi analisar artigos empíricos publicados sobre satisfação no trabalho de docentes de Educação Física que atuam na educação básica, revelou que a maioria dos estudos analisados apresentaram um quadro de insatisfação por parte dos(as) professores(as), principalmente no que diz respeito às questões relacionadas à remuneração e às condições de trabalho. Em suma, esses profissionais não consideram seus salários justos e adequados à função que desempenham. A pesquisa ainda apresenta uma discussão sobre a carga de trabalho dos(as) docentes, que, por muitas vezes, excedem 40 horas semanais, em mais de um local, a fim de obter uma remuneração que atenda suas necessidades pessoais e familiares (Nascimento *et al.*, 2019).

Além da área da Educação Física, de modo geral, o corpo docente da rede pública de ensino enfrenta, diariamente, condições de trabalho bastante difíceis ao longo de sua carreira profissional. Dentre alguns pontos, destacamos longas jornadas de trabalho, divisão da carga horária em vários estabelecimentos, problemas disciplinares dos(as) estudantes, conflitos com colegas de trabalho, além da falta de materiais didáticos e físicos (Milani; Fiod, 2008). As dificuldades enfrentadas por estes profissionais se estendem a diversas esferas, no entanto, quando referente à rede pública, as mesmas intensificam-se.

Quando comparada às instituições particulares de ensino, é sabido que tanto as condições de trabalho quanto os espaços físicos e os materiais esportivos ficam aquém do esperado e necessário à rede pública. Enquanto que, na maioria das escolas privadas, há profissionais designados exclusivamente ao treinamento esportivo extraclasse visando a participação em competições, nas escolas públicas, a realidade é totalmente diferente. Nestas, quando o(a) professor(a) não se disponibiliza a realizar um trabalho voluntário, não ocorre o treinamento preparatório para os JERGS. Diante disso, quais equipes da rede pública teriam condições em obter resultados mais expressivos se competissem com equipes de escolas privadas em um único evento esportivo? Estas competições seriam igualitárias e justas? Foi ancorado nestas indagações e reflexões que, segundo Flores (2021) e Rodrigues (2021), um coletivo de professores(as) de Educação Física da rede pública deu início a um movimento que, anos mais tarde, resultaria na ruptura concretizada na edição de 1996.

Além destas reivindicações, acreditamos que aspectos econômicos também interferiram na ruptura investigada e, por sua vez, no início dos JEPURS. De acordo com a coordenadora/dirigente dos JEPURS na época, "os recursos para a realização dos jogos sempre foram recursos públicos específicos. Todo ano, quando era feito o orçamento das secretarias e do governo, já tinha o dinheiro destinado para os JERGS" (Flores, 2021, p. 20). A partir do momento que o órgão promotor dos JERGS é uma entidade pública, esta deveria ter seus

recursos destinados exclusivamente ao ensino público do estado, não podendo investir dinheiro em jogos da rede privada. Então, é possível que, para além das já mencionadas reivindicações de professores(as) que alegavam desvantagens das escolas públicas em relação às privadas nas competições, a origem dos recursos financeiros destinados aos JERGS repercutiu à fragmentação do evento.

Para melhor compreender as versões históricas apresentadas até o momento sobre a ruptura ocorrida no ano de 1996 que deu origem aos JEPURS, recorreremos a temáticas afins sobre nosso objeto de investigação, as quais podem vir a corroborar com as discussões ora apresentadas. Com base nas informações coletadas por meio das entrevistas realizadas com agentes que participaram do evento neste período, podemos presumir que outros fatores podem ter colaborado para a remoção da rede privada de ensino dos JERGS. A fim de entender este pressuposto, retornamos às edições do evento realizadas no final da década de 1980.

Durante sua entrevista, Queiroga (2021) faz uma comparação entre as primeiras edições dos JERGS⁴, realizadas durante a década de 1970, e aquelas sucedidas em meados da década de 1980. Tendo em vista os principais objetivos que impulsionaram a criação do JERGS, durante seus primeiros anos de realização, o evento tinha um caráter majoritariamente participativo. Na perspectiva do entrevistado, seu formato inicial era uma grande festa esportiva que envolvia um montante de estudantes de diferentes níveis e qualidade técnico-tática. Contudo, ao longo de sua história, os JERGS foram se descaracterizando, principalmente a partir do final da década de 1980 e início de 1990, pouco antes da transição "JERGS-JEPURS". Mas, afinal, o que aconteceu nesta época que acarretou em uma mudança significativa no caráter do esporte?

Com o advento das bolsas de estudo, o processo seletivo entre os(as) estudantes que passariam a representar suas instituições em competições escolares ganhou outro direcionamento. A partir de então, as escolas privadas que participavam dos JERGS passaram a ofertar bolsas de estudos a estudantes/atletas de escolas públicas que se destacavam nas competições (Queiroga, 2021). De tal modo, os(as) estudantes da rede pública que aceitassem a oferta seriam matriculados em uma escola particular e, em troca da gratuidade no ensino, integrariam as equipes esportivas que competiam nos JERGS, dentre outras competições. Além de dispor de melhores condições estruturais, esta estratégia estaria reforçando, ainda mais, a desigualdade entre ambas redes de ensino pela busca de melhores resultados nas competições escolares.

⁴ Na década de 1970 até meados da década de 1980, o evento ora investigado possuía outra razão social. Este foi criado com o nome de Campeonato Estudantil Gaúcho (CEG). Foi somente no ano de 1986 que o evento passa a se chamar Jogos Escolares do Rio Grande do Sul (JERGS), após uma das rupturas ocorridas em suas conformações históricas, sendo estas relativas a fatores socioculturais e político-administrativos provenientes do cenário estadual e nacional.

Sobre este episódio que preponderou às conformações históricas dos JERGS, Queiroga (2021) diz entender o evento sob duas perspectivas: uma da escola pública e outra da escola privada, onde esta última utiliza da ferramenta “esporte” como *marketing* para atrair estudantes. Em seu entendimento, tal dinâmica, iniciada por volta da segunda metade da década de 1980, passou a descaracterizar o espírito participativo que, até então, era priorizado nos JERGS, bem como a criar conflitos até mesmo entre professores(as)/treinadores(as). As bolsas esportivas induziram e/ou reforçaram a competitividade e a seletividade entre seus participantes, “transformando o esporte em uma guerra” (Queiroga, 2021, p. 11).

Alicerçado nas narrativas ora apresentadas, conferimos que a história dos JERGS esteve marcada pela valorização do esporte de competição e por representações atreladas ao esporte espetáculo e à detecção de talentos. Quando estudantes se destacavam como promissores talentos, a escola que lhe oferecesse melhores condições e/ou maiores oportunidades teria sua equipe reforçada por atletas mais bem qualificados, os quais passariam a representá-la esportivamente. Neste sentido, os jogos escolares estariam seguindo a mesma lógica do esporte de alto rendimento, onde os(as) estudantes são “negociados(as)” como mercadoria (Frizzo, 2013), cujos(as) estudantes representam os(as) atletas e os jogos escolares os clubes esportivos.

Com base nas informações apresentadas e em estudos que vão ao encontro da temática abordada nesta pesquisa, podemos afirmar que as bolsas de estudo podem ser uma forma de associar o desempenho esportivo de estudantes aos resultados atingidos em competições escolares. Desse modo, o esporte educacional é transformado no esporte espetáculo, se aproximando de competições que privilegiam o esporte de alto rendimento (Eller, 2015). No caso dos JERGS, mesmo estando vinculado a uma Secretaria de Educação, a qual denota seu caráter enquanto programa educacional, pedagógico e social, em muitas situações, é o caráter vinculado ao “esporte competição” que se sobressai.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou compreender que fatores históricos e sociopolíticos contribuíram para a modificação sucedida nas conformações históricas dos Jogos das Escolas Públicas do Rio Grande do Sul (JEPURS) no ano de 1996, referente ao público escolar contemplado pelo evento. De acordo com os(as) agentes entrevistados(as) e com as fontes documentais coletadas para a elaboração da pesquisa, podemos evidenciar que a transformação investigada foi decorrente de movimentos reivindicatórios promovidos por professores(as) de Educação Física que almejavam uma competição escolar exclusiva às escolas da rede pública do estado, tendo em vista algumas discrepâncias que estas

possuíam quando comparadas ao ensino privado, tais como instalações físicas, materiais didáticos e condições de trabalho dos(as) professores(as)/treinadores(as).

Conforme os(as) agentes entrevistados(as), foi somente em meados da década de 1990 que essa discrepância foi amenizada, quando as escolas particulares foram retiradas dos JERGS e este passou a ser destinado exclusivamente às escolas públicas do Rio Grande do Sul. Para muitos(as) professores(as), com o início dos JEPURS, o evento tomou novos rumos e as competições passaram a ser mais igualitárias. Portanto, os JEPURS demarcaram o início de uma nova fase na história esportiva dos jogos escolares sul-riograndenses.

Por volta dos anos 2000, nosso objeto de investigação perpassou por mais uma alteração em sua razão social, quando os JEPURS passam a denominar-se JERGS. Não conseguimos localizar indícios históricos suficientes para afirmar em que ano esta mudança ocorreu, no entanto, sabemos que foi antes de 2003, quando uma nova fase do evento é iniciada, após sua comissão organizadora incorporar novos objetivos político-pedagógicos às competições. Também, podemos afirmar que, desde a ruptura ocorrida no ano de 1996, os JERGS não voltaram a incluir estudantes da rede privada de ensino do Rio Grande do Sul em suas competições. Em suas edições mais atuais, realizadas na década de 2020, somente escolas públicas do estado (municipais, estaduais e federais) seguem sendo contempladas pelo evento.

NOTAS

CONFLITOS DE INTERESSE

Os autores não têm conflitos de interesse, incluindo interesses financeiros específicos e relacionamentos e afiliações relevantes ao tema ou materiais discutidos no manuscrito.

AUTORIA E COAUTORIA

Os autores declaram que participaram de forma significativa na construção e formação desde estudo, tendo, enquanto autor, responsabilidade pública pelo conteúdo deste, pois, contribuíram diretamente para o conteúdo intelectual deste trabalho e satisfazem as exigências de autoria.

Raquel Valente de Oliveira - Concepção e desenvolvimento (desde a ideia para a investigação ou artigo, criou a hipótese); Desenho metodológico (planejamento dos métodos para gerar os resultados); Supervisão (responsável pela organização e execução do projeto e da escrita do manuscrito); Coleta e tratamento dos dados (responsável pelos experimentos, pacientes, organização dos dados); Análise /

interpretação (responsável pela análise estatística, avaliação e apresentação dos resultados); Levantamento da literatura (participou da pesquisa bibliográfica e levantamento de artigos); Redação (responsável por escrever uma parte substantiva do manuscrito); Revisão crítica (responsável pela revisão do conteúdo intelectual do manuscrito antes da apresentação final).

Janice Zarpellon Mazo - Concepção e desenvolvimento (desde a ideia para a investigação ou artigo, criou a hipótese); Desenho metodológico (planejamento dos métodos para gerar os resultados); Supervisão (responsável pela organização e execução do projeto e da escrita do manuscrito); Coleta e tratamento dos dados (responsável pelos experimentos, pacientes, organização dos dados); Análise / interpretação (responsável pela análise estatística, avaliação e apresentação dos resultados); Levantamento da literatura (participou da pesquisa bibliográfica e levantamento de artigos); Redação (responsável por escrever uma parte substantiva do manuscrito); Revisão crítica (responsável pela revisão do conteúdo intelectual do manuscrito antes da apresentação final).

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. Fontes Oraís: histórias dentro da história. *In: PINSKY, Carla Bassanezi. Fontes Históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 155–202.

BACELLAR, Carlos. Fontes Documentais: uso e mau uso dos arquivos. *In: PINSKY, Carla Bassanezi. Fontes Históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 23–79.

CARDOSO, Marga Margarete Fagundes. *Marga Margarete Fagundes Cardoso*: depoimento [out. 2021]. Entrevista cedida a Raquel Valente de Oliveira. Porto Alegre, 2021 (75 min). Entrevista concedida para elaboração de tese de doutorado da entrevistadora.

CARVALHO, João Paulo Ximenes; BARCELOS, Marciel; MARTINS, Rodrigo Lema Del Rio. Infraestrutura escolar e recursos materiais: desafios para a Educação Física contemporânea. *Revista Humanidades e Inovação*, v. 7, n. 10, p. 218-237, 2020. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/2917>. Acesso em: 20 jan. 2023.

CELLARD, André. A análise documental. *In: POUPART, Jean; DESLAURIERS, Jean-Pierre; GROULX, Lionel; LAPERRIÈRE, Anne; MAYER, Robert; PIRES, Álvaro (Orgs.). A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p. 295–317.

DAMAZIO, Márcia Silva; SILVA, Maria Fátima Paiva. O ensino da Educação Física e o espaço físico em questão. *Pensar a Prática*, Goiânia, v. 11, n. 2, p. 197-207, 2008. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fef/article/view/3590>. Acesso em: 20 jan. 2023.

ELLER, Marcelo Laquini. *Olimpíadas escolares no Espírito Santo*: continuidades e descontinuidades (1946-1954). 2015. 132 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Centro de Educação Física e Desportos, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da História Oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

FLICK, Uwe. *Introdução à pesquisa qualitativa*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FLORES, Eliana Alves. *Eliana Alves Flores: depoimento* [out. 2021]. Entrevista cedida a Raquel Valente de Oliveira. Porto Alegre, 2021. (90 min). Entrevista concedida para elaboração de tese de doutorado da entrevistadora.

FRIZZO, Giovanni. Os jogos escolares como mecanismos de manutenção e eliminação: uma crítica à lógica esportiva na escola. *Movimento*, Porto Alegre, v. 19, n. 04, p. 163-180, 2013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/38628/27449>. Acesso em: 20 jan. 2023.

GADDIS, John Lewis. *Paisagens da história: como os historiadores mapeiam o passado*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2003. 216p.

KLEPKER, Romulo Bergmann. *JERGS e o desafio do esporte educacional*. 2016. 21 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação Física) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, 2016.

MILANI, Noeli Zanatta; FIOD, Edna Garcia Maciel. Precarização do trabalho docente nas escolas públicas do Paraná (1990-2005). *Roteiro*, Joaçaba, v. 33, n. 1, p. 77-100, 2008. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/320>. Acesso em: 20 jan. 2023.

NASCIMENTO, Raquel Krapp; MARTINS, Alessandra Catarina; BOTH, Jorge; FARIAS, Gelcemar Oliveira; GUIMARÃES, Juliana Regina Silva; FOLLE, Alexandra. Satisfação no trabalho de docentes de Educação Física: uma revisão sistemática. *Movimento*, Porto Alegre, v. 25, e25004, p. 1-13, 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/82573>. Acesso em: 20 jan. 2023.

PESAVENTO, Sandra Jatthy. Fronteiras da história: uma leitura sensível do tempo. In: SCHÜLER, Fernando; AXT, Gunter; SILVA, Juremir Machado. *Fronteiras do Pensamento: relatos de um mundo complexo*. São Leopoldo: UNISINOS, 2008. p. 179-190.

QUEIROGA, João Guilherme de Souza. *João Guilherme de Souza Queiroga: depoimento* [out. 2021]. Entrevista cedida a Raquel Valente de Oliveira. Porto Alegre, 2021. (180 min). Entrevista concedida para elaboração de tese de doutorado da entrevistadora.

RAUPP, Arno José Ciulla. *Arno José Ciulla Raupp: depoimento* [nov. 2021]. Entrevista cedida a Raquel Valente de Oliveira. Porto Alegre, 2021. (75 min). Entrevista concedida para elaboração de tese de doutorado da entrevistadora.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. *Fontes para a história administrativa do Rio Grande do Sul: a trajetória das secretarias de estado (1890-2005)*. Porto Alegre: CORAG, 2006. Disponível em: <http://antigo.apers.rs.gov.br/arquivos/1168453643.HistoriaAdministrativadoRS.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2023.

RODRIGUES, Airton Baes. *Airton Baes Rodrigues: depoimento* [out. 2021]. Entrevista cedida a Raquel Valente de Oliveira. Porto Alegre, 2021 (90 min). Entrevista concedida para elaboração de tese de doutorado da entrevistadora.

SANTOS, Rodrigo José. *As diferentes abordagens dadas ao esporte escolar: um estudo de caso dos Jogos Escolares do Rio Grande do Sul*. 2016. 50 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação Física) - Universidade Regional do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUÍ, Santa Rosa, 2016.

SILVA, Aloísio Paulo; DANTAS, Laécio Silva; MEDEIROS, Ana Gabriela; BAHIA, Cristiano Sant'anna. Jogos escolares da rede pública de Ilhéus-Bahia: uma análise documental. *Pensar a Prática*, Goiânia, v. 19, n. 3, p. 557-567, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fef/article/view/38849>. Acesso em: 20 jan. 2023.

SILVA, Leonardo Peixoto Arêas. *As ações gerenciais e os resultados esportivos das escolas públicas participantes dos Jogos Escolares do Distrito Federal*. 2014. 222 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação Física) – Faculdade em Educação Física, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

SOBRINHO, Milton de Souza Biscaino. *Milton de Souza Biscaino Sobrinho: depoimento* [dez. 2021]. Entrevista cedida a Raquel Valente de Oliveira. Porto Alegre, 2021 (80 min). Entrevista concedida para elaboração de tese de doutorado da entrevistadora.

Recebido em: 10 mar. 2023
Aprovado em: 28 jun. 2024

Artigo submetido ao sistema de similaridade Turnitin®.

A revista **Conexões** utiliza a [Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0](#), preservando assim, a integridade dos artigos em ambiente de acesso aberto.

A Revista Conexões é integrante do Portal de Periódicos Eletrônicos da Unicamp e associado/membro das seguintes instituições:

